

Cidadania global e justiça socioambiental na educação latino-americana: encontros e desencontros


Sandro de Castro Pitano¹

 <https://orcid.org/0000-0002-9794-1303>

Danilo Streck²

 <https://orcid.org/0000-0001-7410-3174>

Fabiana Rodrigues de Sousa³

 <https://orcid.org/0000-0001-9963-0958>

Nicolás Aguilar-Forero⁴

 <https://orcid.org/0000-0002-9181-0281>

A conhecida premissa freiriana de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra continua nos desafiando como educadoras e educadores (Freire, 1989; 2019). A premissa nos incita a constantemente perguntar sobre o mundo em que vivemos e sobre o lugar que nele queremos ocupar. Dentre tantos temas que emergem dessa leitura, alguns merecem uma atenção especial pela urgência e também pelos embates ideológicos que em torno deles são travados. A presente seção temática aborda dois deles, estreitamente interligados: o escopo e as possibilidades da cidadania e a sustentabilidade socioambiental.

Há hoje suficientes evidências de que entramos em uma era na qual desastres ambientais se tornam mais frequentes e mais devastadores. No Brasil, as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul deixaram marcas profundas na geografia, na economia, na vida social e na saúde psíquica das pessoas. Há relatos de professoras sobre o pânico que se instala nas crianças quando chove. No norte do país, fomos surpreendidos com imagens inusitadas de ribeirinhos andando sobre leitões de rios secos em busca de água trazida de outros lugares. Os exemplos poderiam ser multiplicados de outras regiões do Brasil, da América Latina e do mundo para dizer que é difícil negar que algo está acontecendo e que somos parte disso como vítimas – enquanto coletivo - de nossa própria ação ou falta de ação. O conceito socioambiental pretende remeter para a relação

¹ Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande: scpitano@gmail.com

² Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul: streckdr@gmail.com

³ Universidade São Francisco, Itatiba: fabiana.sante@usf.edu.br

⁴ Universidad de los Andes, Bogotá/Colômbia: nj.aguilar1902@uniandes.edu.co

entre as questões ambientais e sociais, destacando que as consequências danosas recaem sobre a ponta fraca da sociedade. Poderíamos também falar em racismo ambiental uma vez que as injustiças ambientais são sofridas, de forma desproporcional, por populações “racializadas” — especialmente comunidades negras, indígenas e pobres — que são mais vulneráveis aos impactos negativos da degradação ambiental, poluição e mudanças climáticas.

Isso nos leva ao outro conceito no título da seção temática. As questões ambientais e sociais não estão restritas aos limites políticos dos estados nacionais. A disputa científica e ideológica em torno do papel da Amazônia no clima é emblemática no sentido de revelar que decisões nacionais podem ter consequências em nível planetário. Mas há outros fatores que nos levam a conceber a cidadania para além das fronteiras nacionais, entre eles a economia transnacionalizada, as migrações, os movimentos sociais de gênero e raça, entre outros. Na academia, as atuais políticas de internacionalização são bem-vindas, mas precisam avançar no sentido de integrar a formação de uma cidadania cosmopolítica democrática. Usamos o conceito de educação para cidadania global na acepção da Unesco, na qual ela representa o intento de capacitar para a vivência de um destino compartilhado com respeito às diversidades. Noções como cidadania planetária, cidadania transfronteiriça, cidadania cosmopolita, entre outras, a nosso ver comungam o mesmo objetivo de forjar uma consciência de pertencimento a uma mesma “casa comum” na qual deveria haver lugar para todos viverem com dignidade.

A iniciativa desta seção temática partiu da *Cátedra Unesco em Educação para a cidadania global e justiça socioambiental* hospedada na Universidade de Caxias do Sul e que tem como objetivo “contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural na perspectiva da sustentabilidade e da justiça social em nível local, nacional e internacional através da promoção da educação para a cidadania global, e através do impacto nas políticas públicas, pesquisa, currículos, ensino e aprendizagem”. Os projetos de pesquisa, ensino e extensão da respectiva cátedra são articulados através de três eixos programáticos, abrangendo os domínios da Educação para a Cidadania Global, tal como proposto pela UNESCO (cognitiva, socioemocional e comportamental): 1) cidadania global, línguas e interculturalidade; 2) cidadania global, justiça socioambiental e sustentabilidade; 3) cidadania global, internacionalização da educação e democratização do conhecimento (Unesco, 2015).

A fim de problematizar esse tema tão relevante, esta seção temática é composta por 13 artigos, um ensaio, uma entrevista e esse editorial. Os textos apresentados, aqui, evidenciam a

importância de ver as práticas locais em sua relação com o contexto nacional, regional e internacional. Podemos, nesse sentido, conceber a educação para a cidadania global como uma metáfora para um outro mundo possível, bem como uma prática pedagógica que amplia nossos horizontes. O fato de não existir uma cidadania global ou planetária do ponto de vista formal e institucional não nos impede de cruzar fronteiras e ultrapassar barreiras de nacionalismos estreitos, de racismo, de xenofobia, de sexismo e outras. Ao colocar o foco em práticas e reflexões da América Latina a seção temática pretende fortalecer vínculos na região e, ao mesmo tempo, nos capacitar para o diálogo com outras regiões do mundo empenhadas na mesma busca do destino compartilhado enquanto sociedade e enquanto parte da vida no planeta.

É o que vimos, por exemplo, no artigo *La disputa conceptual sobre la educación para la ciudadanía mundial: una propuesta metodológica para sistematizar experiencias con perspectiva crítica y decolonial*, em que Cecilia Peraza Sanginés e Nicolás Aguilar-Forero propõem uma metodologia para sistematizar experiências educativas voltadas à Educação para a Cidadania Mundial (ECM), a partir de uma perspectiva crítica e decolonial. Situado no contexto latino-americano, o trabalho busca reagir às tendências neoliberais difundidas por organismos supranacionais como a UNESCO, que frequentemente apresentam uma concepção universalista e abstrata da ECM. A sistematização de experiências é apresentada como estratégia investigativa central. Inspirada na Educação Popular e nas pedagogias críticas, essa metodologia propõe cinco momentos: ponto de partida, plano de sistematização, reconstrução narrativa (com destaque para a técnica da “linha do palpito”), interpretação crítica e comunicação dos resultados. A proposta visa construir conhecimento situado e transformador, a partir das práticas e experiências de comunidades latino-americanas. Para isso, inclui exemplos de experiências desenvolvidas no México e na Colômbia, utilizando uma abordagem comparativa.

Em *A modelagem social das emoções e a educação para a cidadania global: aproximações entre a Pedagogia do Oprimido e a Educação Neo-humanista*, Danilo Streck e Patrícia Correia de Paula Marcoccia analisam como as emoções são social e historicamente modeladas e como elas se relacionam com a Educação para a Cidadania Global (ECG), estabelecendo pontes entre a Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, e a Educação Neo-humanista, de Prabhat Ranjan Sarkar. Utilizando como base teórica a noção de “modelagem emocional”, o autor e a autora argumentam que emoções são fundamentais tanto para o controle social quanto para a transformação sociopolítica.

Ao examinar Paulo Freire, o autor e a autora mostram como sua pedagogia mobiliza afetos como amor, indignação e solidariedade para conscientizar pessoas oprimidas e promover sua libertação. A Pedagogia do Oprimido é lida como uma linguagem emocional voltada para a emancipação, que atua sobre os corpos e subjetividades de educandos e educandas. No caso de Sarkar, o texto destaca sua crítica ao humanismo ocidental e à manipulação institucional de emoções por meio do “geossentimento”, “sociossentimento” e “pseudocultura”. Conectando teorias críticas da educação com estudos contemporâneos sobre emoções e propondo uma pedagogia da sensibilidade crítica como caminho para a cidadania planetária, o texto conclui que ambas as pedagogias oferecem modelos de cidadania global ancorados em emoções comprometidas com a transformação social.

No artigo *O direito à educação e a cidadania global: encontros e desencontros com os princípios do novo Plano Nacional de Educação*, as autoras Andréa Wahlbrink Padilha da Silva e Nilda Stecanela examinam a interseção entre o direito à educação, a cidadania global e a justiça socioambiental à luz de três documentos-chave: o Manual da Semana de Ação Mundial 2024, o Balanço dos 10 anos do Plano Nacional de Educação (PNE) e o Documento Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE). A investigação, desenvolvida no contexto da nona edição da Semana de Ação Mundial (2024), propõe-se a identificar os sentidos atribuídos à cidadania nos documentos oficiais e suas conexões (ou ausência delas) com a concepção de cidadania global.

O texto evidencia as contradições históricas e estruturais da educação pública brasileira e denuncia a persistente precarização do direito à educação, especialmente para populações marginalizadas. Quanto à cidadania global, o artigo recupera concepções difundidas por organismos multilaterais, como a UNESCO, que defendem uma cidadania ancorada em valores universais e competências socioemocionais. Contudo, as autoras problematizam essas abordagens por seu viés eurocêntrico e por associarem-se, muitas vezes, à lógica mercadológica da educação. A cidadania, no contexto latino-americano, é compreendida não como uma competência abstrata, mas como prática concreta de acesso e participação, historicamente negada à maioria da população. O texto conclui que a defesa da cidadania global exige uma perspectiva crítica e decolonial, capaz de articular o direito à educação com os desafios da justiça social e ambiental em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais.

O artigo *A cidadania global também é popular? Problematizações a partir da perspectiva latino-americana*, de Sandro de Castro Pitano e Carolina Shenatto da Rosa, propõe uma reflexão

sobre a cidadania global a partir de uma perspectiva latino-americana, centrada nos princípios da Educação Popular. O texto parte da premissa de que a cidadania global, tal como promovida por organismos como a UNESCO, tende a adotar um viés universalista e normativo, muitas vezes, descolado das realidades concretas e históricas dos povos do Sul Global.

A investigação, de caráter bibliográfico-documental, analisa cinco experiências concretas de educação popular em diferentes países latino-americanos (Colômbia, Porto Rico, República Dominicana, Brasil e Peru), buscando compreender se há uma cidadania global que não seja popular. Três pilares estruturam a análise: (1) as resistências decoloniais históricas latino-americanas, (2) a ecopedagogia como caminho para a sustentabilidade planetária e (3) a transformação social como utopia necessária. A análise das experiências — como o projeto “Construyamos Ciudad” na Colômbia e as iniciativas de economia solidária no Brasil — evidencia práticas comunitárias que conjugam a dimensão local e planetária da cidadania.

Por meio de uma crítica à possível apropriação neoliberal do conceito de cidadania global, o texto argumenta que apenas uma cidadania vinculada à Educação Popular, à ecopedagogia e à transformação social é capaz de enfrentar as profundas desigualdades estruturais e históricas que marcam a América Latina. Nas palavras do autor e da autora, ao concluir, “a cidadania global, desde o surgimento, é seletiva, possível para poucos – muito poucos. O resto, grande maioria, fica com a sedução, além do sentimento de fracasso”.

No artigo *Ecologia Decolonial e Educação Popular: aportes para a construção da justiça socioambiental e da memória ancestral*, Silvia Helena de Britto Zeferino e Fabiana Rodrigues de Sousa desenvolvem uma articulação entre os princípios da Educação Popular freireana e a proposta teórica da Ecologia Decolonial, elaborada por Malcolm Ferdinand. Com base em revisão bibliográfica, as autoras buscam compreender a crise ecológica contemporânea a partir das intersecções entre raça, gênero e classe, defendendo a construção de uma justiça socioambiental enraizada em saberes ancestrais e práticas coletivas de resistência.

O texto se estrutura em torno de três eixos principais. No primeiro, denuncia o racismo ambiental como manifestação da colonialidade do poder, demonstrando como a ocupação e a destruição da natureza estão historicamente vinculadas à exploração dos corpos racializados e marginalizados. O segundo eixo propõe uma releitura da História a contrapelo, inspirada em Benjamin e Freire, como meio de valorização de narrativas silenciadas e de construção de uma cidadania planetária crítica e consciente. Por fim, o terceiro eixo apresenta o conceito de

aquilombamento como “inédito viável” para a justiça social e ecológica, concebido como prática ancestral de coletividade, pertencimento e preservação da memória dos povos oprimidos.

A educação é tratada como espaço de emancipação, ao mesmo tempo em que é criticada quando reproduz práticas eurocêntricas e desumanizantes, defendendo a construção de uma epistemologia sentipensante, de base popular e decolonial, capaz de promover vínculos com a Terra e com as ancestralidades violentadas pela modernidade capitalista.

O artigo *Ecologia integral: desafios para uma justiça socioambiental*, de Telmo Adams e José Paulo Pietrafesa, propõe uma análise crítica da crise climática contemporânea, com foco no Brasil, e defende a ecologia integral como base para a construção de uma justiça socioambiental e uma cidadania global comprometida com o bem comum. Ancorado em uma epistemologia dialética e em autores como Paulo Freire e Hugo Zemelman, o artigo articula teoria e contexto, buscando transformar a indignação frente à destruição ambiental em ações emancipadoras.

A partir de dois eventos climáticos extremos de 2024 — as queimadas na Amazônia e as inundações no Rio Grande do Sul — os autores ilustram a gravidade do colapso ambiental brasileiro, cujas causas são atribuídas tanto a fatores naturais quanto, sobretudo, à ação humana e à omissão do Estado. Recorrem a fontes jornalísticas, dados científicos e documentos governamentais para denunciar o desmonte das políticas ambientais entre 2016 e 2022, enfatizando a importância da escuta e participação das populações tradicionais na mitigação da crise climática.

O conceito de ecologia integral, assim como os de presente potencial e inédito viável, é central para pensar práticas educativas críticas, transformadoras e articuladas com os movimentos sociais. A proposta não se limita à denúncia, mas aponta caminhos: fortalecer políticas públicas com base na justiça socioambiental, promover educação ambiental crítica e enfrentar a desigualdade com uma nova ética de cuidado.

O artigo *A educação socioambiental: novas epistemologias na formação latino-americana*, de Diogenes Galdino Morais Silva, propõe uma reflexão crítica sobre os rumos da educação socioambiental na América Latina, com ênfase no Brasil. O autor defende que a superação das crises ecológicas atuais demanda uma transformação radical das epistemologias que sustentam a formação educacional, especialmente, daquelas herdadas de um pensamento colonial, antropocêntrico e produtivista.

Organizado em três eixos — o esgotamento do Antropoceno, uma epistemologia (de)colonial e a centralidade da contemplação e da beleza —, o texto articula saberes filosóficos, ecológicos e ancestrais, destacando a urgência de uma educação que reencante o mundo e reconecte os sujeitos com a natureza. Afirma que o modelo educativo dominante — técnico, fragmentado e orientado para a competitividade — é parte do problema, propondo uma formação integral ancorada na ética, na cosmopolítica e nos saberes dos povos originários, com base em autores como Ailton Krenak, Edgar Morin e Aníbal Quijano.

A crítica à colonialidade do saber aparece com força ao longo do texto, revelando como a educação, ao ignorar as epistemologias do Sul global, perpetua o domínio de modelos ocidentais hegemônicos. O autor conclui que a contemplação e a beleza não são elementos acessórios, mas estruturantes de uma nova racionalidade educativa, capaz de sensibilizar e engajar as futuras gerações.

Conectando la economía circular, la educación y la vida cotidiana, creando justicia socioambiental en Ecuador, artigo de Félix Reinaldo Pastrán Calles, Argenis de Jesús Montilla Pacheco e Kevin Andrés Espíndola Flores discute a articulação entre economia circular, educação e justiça socioambiental no contexto equatoriano. A proposta parte da constatação de que, embora haja avanços conceituais e normativos em nível internacional e nacional, a cultura da circularidade ainda não está enraizada na prática educacional das instituições de ensino superior no país.

O estudo se ancora em uma abordagem quantitativa de caráter descritivo, com aplicação de um questionário a 151 estudantes da Universidade Laica Eloy Alfaro de Manabí (extensão Pedernales), abrangendo nove cursos distintos. Os dados revelam que a maioria dos/as alunos/as desconhece tanto o conceito de economia circular quanto a legislação nacional específica — a Lei Orgânica de Economia Circular Inclusiva de 2021 —, embora reconheçam a importância da temática para a sustentabilidade.

Os autores vinculam a economia circular a questões estruturais do sistema educacional equatoriano, enfatizando a necessidade de políticas públicas intersetoriais que conectem o ensino à realidade ambiental e cultural local. A análise das grades curriculares aponta a existência de conteúdos relacionados à sustentabilidade e meio ambiente, porém sem uma abordagem sistematizada da circularidade como modelo econômico, evidenciando um distanciamento entre discurso normativo e práticas pedagógicas.

No artigo *Cidadania em construção: o papel da educação na formação de sujeitos críticos*, Washington Luiz Aquino Ferreira, Priscila Tamiasso-Martinhon e Celia Regina Sousa da Silva analisam o papel da educação e da escola na construção de uma cidadania democrática. O autor e as autoras concluem que a educação cidadã se configura como um processo contínuo e dinâmico que se volta a problematizar os desafios contemporâneos e visa preparar os sujeitos para a complexidade da vida em sociedade. O que requer uma formação crítica que estimula a participação democrática e a tomada de decisões coletivas com vistas à promoção da justiça social.

O foco na escola e nas questões curriculares também é abordado no artigo *Currículo, interculturalidade e cidadania global: um estudo da proposta curricular da rede pública de ensino de Pomerode (SC)* de autoria de James Dadam, Caique Fernando da Silva Fistarol e Andreza Cipriani. Os autores e a autora tecem considerações sobre a educação para a cidadania global em articulação com a abordagem intercultural na proposta curricular da rede pública de ensino de Pomerode, município marcado pela colonização alemã localizado na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

Por meio de análise de conteúdo da proposta curricular do referido município, conclui-se que o documento analisado reconhece a importância da interculturalidade, buscando criar um ambiente escolar acolhedor e que valorize a diversidade. Para tanto, faz-se necessário considerar o contexto local e global na organização e seleção do conteúdo programático e na construção de estratégias pedagógicas, com ênfase na experiência e no contexto de vida dos e das estudantes.

O artigo *Internacionalização na Educação Superior: as percepções de estudantes universitários latino-americanos em mobilidade acadêmica virtual internacional* de autoria de Adriana Justin Cerveira Kampff e Karen Graziela Weber Machado apresenta percepções de estudantes universitários latino-americanos que realizaram mobilidade acadêmica virtual internacional (MAVI) com vistas a qualificar os processos de internacionalização das Instituições de Educação Superior.

As percepções de estudantes que participaram do estudo apontam para contribuições e benefícios em relação aos seus processos formativos, com ênfase em aprendizagens culturais e linguísticas, bem como ampliação de sua compreensão acerca de temas globais por meio de discussões com pessoas de distintas regiões. Os e as estudantes destacaram, ainda, o valor das

experiências internacionais para sua formação acadêmica e futura inserção no mundo de trabalho globalizado.

No artigo *Mídias digitais indígenas no Acampamento Terra Livre: a crise climática na pauta dos movimentos indígenas*, Maria Perpétua Baptista Domingues apresenta a luta por direitos territoriais protagonizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), com foco na abordagem da crise climática no Acampamento Terra Livre (ATL), em suas edições virtuais e presenciais. A autora analisa os acervos digitais do APIB referentes à realização do ATL no período de 2020 a 2024 e destaca o conceito de Antropoceno e caráter educativo e descolonizador depreendido nas mídias digitais indígenas.

Conclui-se que a luta política pelo território indígena é um movimento em direção à proteção da Mãe Terra e “de tudo que nela vive e é fonte de vida”. Nessa luta política, a comunicação ocupa um lugar central, pois é por meio dela que as populações indígenas podem “contar suas próprias histórias, denunciar violências e fortalecer a identidade cultural, mostrando a diversidade da comunicação indígena, que abrange mídias digitais e formas tradicionais e espirituais”.

Em *Narrativas da carroça: onde o campo habita a cidade*, Angélica Cosenza, Cristina de Menezes Schittini e Gustavo Taranto Epprecht observam que, frente aos avanços da Modernidade, a comunidade carroceira se torna cada vez mais invisibilizada, a partir de uma perspectiva moderno/colonial em que sujeitos que compõem essa comunidade (equídeos e carroceiros) não são mais interessantes a um certo tipo de cidade e modelo de urbanização. O artigo apresenta narrativas, saberes, modos de vida e conflitos ambientais dessa comunidade, na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais.

A comunidade carroceira também é foco do ensaio *Educação Ambiental: a estética na ética do trabalho de catadores e catadoras de materiais recicláveis na cidade de São Paulo* de autoria de Cláudia Cristina Mussolini e de Sônia Aparecida Siquelli. As autoras trazem reflexões acerca do projeto Pimp Educa e das ações da Organização da Sociedade Civil Pimp my Carroça, na cidade de São Paulo, que desenvolve iniciativas educativas com catadores e catadoras de materiais recicláveis em todo o Brasil, por meio do ativismo.

No texto, destaca-se a atuação de catadores e catadoras de materiais recicláveis como agentes de educação ambiental, e conclui-se que a promoção da justiça socioambiental requer

igualdade de acesso aos recursos naturais a todos os grupos sociais (em sua diversidade de raça/etnia, gênero, classe, etc), bem como um ambiente saudável e seguro para garantia da vida.

O fechamento desta seção temática se dá com a *Entrevista com o Professor Solon Viola: Cidadania Cosmopolita, uma expressão da soberania para uma outra cidadania global* realizada por Daianny Madalena Costa, Alexandre Mumbach e Rosangela da Silva Almeida, que formulam questões problematizadoras possibilitando o desvelamento de experiências vivenciadas pelo entrevistado no âmbito da docência, da perseguição sofrida durante a ditadura cívico-militar no Brasil, na militância em Direitos Humanos.

As experiências e memória do professor Solon Viola suscitam contribuições para o debate acerca de uma outra cidadania global, isto é, uma cidadania cosmopolita e ancorada em uma concepção de soberania pautada na multiplicidade das culturas do mundo. A entrevista apresenta uma intertextualidade com outras obras que podem ampliar a compreensão acerca dos desafios e possibilidades de construção de uma cidadania cosmopolita.

Referências

FREIRE, P. *A importância do ato de ler: Em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados, 1989.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 67.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

UNESCO. *Global citizenship education: topics and learning objectives*. Paris: Unesco, 2015. DOI: <https://doi.org/10.54675/DRHC3544> ris: Unesco, 2015

Submissão: 26.06.2025.

Aprovação: 30.06.2025.